



GRUPO PARLAMENTAR

MOÇÃO

Por uma Estratégia Económica Reformista e Sustentável

Os Portugueses não estão condenados a viver numa economia estagnada por mais uma década. Merecem mais do que um novo período longo de crescimento medíocre e de imobilismo social. Com a estratégia certa e com uma linha política reformista. Portugal deve aspirar a ser uma das economias mais abertas e dinâmicas da Europa, em convergência com os países mais desenvolvidas.

O PSD tem apontado os erros fundamentais da política económico-financeira da maioria das esquerdas, apontando claramente o rumo que é o nosso.

Assim, a um modelo arcaico e com más provas dadas nos últimos 20 anos, baseado no estímulo insustentável ao consumo privado, no endividamento e no fechamento do mercado interno, o PSD insiste no crescimento alicerçado no investimento e nas exportações, para que os ganhos do consumo privado assentem em bases sólidos e se tornem, portanto, permanentes. Os dados mais recentes indicam uma redução das exportações de bens no 1º trimestre de 2016.

Pelo contrário, Portugal precisa de fazer crescer as exportações em volume e com ganho de quotas de mercado. Para este objetivo não concorrem certamente as decisões do Governo que reverteram a reforma do IRC, que aumentaram os custos unitários do trabalho, ou que fomentaram os incentivos e discriminação favoráveis para o sector não-transacionável prejudicando o sector transacionável. São exemplos desta última tendência o favorecimento expresso de um sector no IVA, a mobilização do Fundo de Estabilização da Segurança Social para o imobiliário e construção civil, e o alargamento do Estado com o aumento da despesa pública corrente, dos consumos intermédios e a perda de disciplina financeira das empresas públicas.

O estafado “virar de página” transformou-se afinal numa estratégia orçamental (OE2016 e PE2016-2020) que usa um cenário macroeconómico unanimemente irrealista para disfarçar um caminho profundamente errado de fraca consolidação orçamental. Este caminho que



GRUPO PARLAMENTAR

aceita mais défice, mais despesa pública e mais dívida, significa mais impostos a pagar pelas famílias e pelas empresas, no presente ou no futuro (e com juros), cria uma enorme incerteza nos agentes económicos que assim não investem nem criam emprego e não cumpre os compromissos internacionais do País, sujeitando-o a consequências. Um dos sinais avançados de que a atual política orçamental não é consistente nos seus próprios termos reside no aumento dos pagamentos em atraso do Estado no montante de mais de 100 milhões de euros no 1º trimestre do ano. Também o agravamento das dívidas não financeiras da Administração Pública foi de 85 milhões no mesmo período. Voltamos a ter um Estado mau pagador, prejudicando a economia.

Ainda hoje o Conselho de Finanças Públicas (CFP) publicou mais um relatório arrasador, agora sobre o Programa de Estabilidade. Diz o CFP que o programa do Governo apresenta riscos sérios (especialmente nas exportações e investimento), não cumpre as obrigações de Portugal e, se as medidas de relaxamento são conhecidas, já as de consolidação ficam em larga medida por explicar ou fundamentar.

Atendendo à relevância das fortes restrições financeiras (pública e externa) numa economia ainda muito endividada como é a nossa, depois de anos consecutivos de endividamento exorbitante, o PSD propõe o exercício da prudência na trajetória de consolidação orçamental – para proteger os Portugueses dos riscos que se desenham no horizonte – e a preservação dos excedentes externos, fundamental para a nossa estabilidade económica e financeira. E é preciso acrescentar que, ao pressuposto do condão sempre virtuoso de mais despesa pública, o PSD bate-se pela sua redução e correspondente alívio fiscal sobre as empresas e as famílias.

Acima de tudo, à proteção de alguns grupos de interesse em detrimento do todo e a uma visão populista e retrógrada do desenvolvimento nacional, o PSD assume o caminho do reformismo, propondo uma segunda vaga de reforma estrutural, a par da avaliação rigorosa e consequente das reformas estruturais executadas nos últimos 4 anos. Exemplificámos com as 220 medidas que apresentámos em 7 áreas durante o mês de Abril. O contraste com a política do atual governo ficou bem patente aquando da apresentação do Plano Nacional de Reformas – um plano de reformas que não contém qualquer reforma estrutural.

A maioria das esquerdas introduziu um verdadeiro clima de incerteza, extensivo a praticamente todas as áreas da governação, que abortou a aposta no investimento do anterior



GRUPO PARLAMENTAR

governo, o que já se traduziu nos resultados muito negativos do 1º trimestre de 2016, tal como foi expresso pelo INE. A reversão das reformas na justiça, no mercado laboral, na educação, do arrendamento ou do IRC são exemplos de escolhas políticas que prejudicam o investimento, tal como a retoma da prática de intromissão política nos negócios privados.

A política cega de reversões de privatizações e concessões, com o rasgar de concursos e contratos internacionais, já causou danos profundos na credibilidade do País e na estratégia de médio e longo prazo de atração de investimento estrangeiro que estava em curso. Atrair investimento estrangeiro tem de ser uma prioridade nacional de primeira ordem, se queremos deixar para trás quase duas décadas de estagnação económica e paralisia social. Cabe a uma economia que durante tantos anos foi descapitalizada por desorientação estratégica e negligência política ir obter o capital onde ele é abundante. Isso não é possível sem uma economia competitiva, sem estabilidade macroeconómica, sem mercados concorrenciais e sem a reforma permanente das nossas instituições.

Se todo o esforço político estiver canalizado para a gestão de curto prazo, ou até do prazo mais imediato, é a estratégia de médio e longo prazo que é sacrificada. Mas os custos para a vida das pessoas são cobrados muito rapidamente. Ora, isso já está a acontecer: o emprego está a cair, o desemprego a subir, o crescimento a estagnar, o investimento a regredir. Esta é a realidade do primeiro trimestre de 2016.

A conjuntura internacional não é particularmente favorável. Mas isso é um dado com que todos contámos desde o segundo semestre de 2015. Foi precisamente essa antecipação que nos recomendou à prudência na gestão macroeconómica e orçamental que subjazia ao programa de governo rejeitado pelas esquerdas.

A verdade é que a maioria das esquerdas, liderada pelo PS, é responsável pelas escolhas que fez e está a fazer, e, portanto, dos resultados que essas escolhas já estão a gerar. As escolhas de política económica podem amplificar o impacto negativo do contexto externo, expondo e desprotegendo Portugal face aos riscos internacionais. Degradar a competitividade da economia, assustar o investimento estrangeiro, reverter reformas estruturais, não podem ter outro efeito que não a multiplicação dos efeitos externos mais perniciosos. Mas as escolhas acertadas de política económica podem, pelo contrário, catapultar o País para um novo patamar de dinamismo económico e de bem-estar social. É nisso que nos devemos concentrar.



GRUPO PARLAMENTAR

Não é certamente coincidência que, no crescimento homólogo no 1º trimestre de 2016, só a Grécia tenha registado um desempenho pior do que o nosso. Não é coincidência que, tendo invertido o processo de divergência com a zona euro em 2014 e 2015, Portugal esteja agora a divergir fortemente das economias que nos estão mais próximas e com as quais nos queremos comparar. E em matéria de conjuntura internacional, vale a pena recordar que o PSD liderou um governo que teve de lidar, não só com uma bancarrota nacional, como uma crise gravíssima de quase rutura da zona euro, de afundamento da economia do principal destino das nossas exportações (Espanha) e de recessão dos segundos e terceiros maiores parceiros comerciais (Alemanha e França)?

Por tudo isto, é preciso que o Governo mude de abordagem e de políticas. Portugal já experimentou num passado recente os resultados desta agenda de estagnação.

O PSD continua a apelar ao Governo por essa mudança e propõe ao País o rumo do crescimento sustentado, com mais justiça e igualdade, em que os ganhos gradualmente obtidos por trabalhadores, empresas e as famílias em geral sejam permanentes, e não perdidos ao primeiro revés.

O Conselho Nacional do PSD reunido em Lisboa no dia 17 de Maio de 2016 delibera que:

1 – O PSD defenda e sustente uma estratégia económico-financeira que proteja os Portugueses de riscos externos, que assegure ganhos permanentes nos seus rendimentos, que retome a trajetória de convergência com a Europa interrompida desde o início do século XXI, que coloque a iniciativa dos Portugueses no centro do desenvolvimento económico, que faça de Portugal uma economia aberta no plano interno (concorrencial, sem privilégios de uns em detrimento de todos os outros) e no plano externo (exportadora, atraindo investimento estrangeiro, com os instrumentos necessários para prosperar na era da globalização) e que garanta contas públicas equilibradas.

2 – O PSD reitere a sua exigência ao Governo para que rapidamente arrepie o caminho errado cujos resultados negativos já se observam, evitando custos maiores que os Portugueses pagariam com muito sacrifício.